



Perspectivas para o cessar fogo em Gaza

(Corey Walker, Joel M. Margolis, *Algemeiner*, 07.02.25)

Segundo noticiado pela *Axios* em 06.02, em inícios de fevereiro Netanyahu apresentou ao governo americano um plano para terminar a guerra em Gaza, pelo qual Israel concordaria em libertar prisioneiros palestinos importantes, inclusive os do Hamas, o que não concordara em fazer durante a primeira fase do cessar fogo. Em troca, o Hamas libertaria os reféns israelenses restantes, cederia o controle de Gaza e seus líderes aceitariam partir para algum país que os aceitasse.

Enquanto se tenta negociar esse acordo, Israel vem buscando estender a vigência da primeira fase do acordo de cessar fogo, porque na segunda teria de retirar todas as suas tropas de Gaza, o que seria muito prematuro do ponto de vista de sua segurança. Até agora, segundo funcionários israelenses, o Hamas teria concordado apenas em abrir mão da administração civil de Gaza, o que inclui as tarefas de reconstrução, em favor da Autoridade Palestina ou uma alternativa internacional.

Os israelenses, segundo a *Axios* e confirmado em entrevista do seu chanceler, entendem que a guerra poderia recomeçar porque o Hamas não está disposto a aceitar seu desarmamento, a dissolução do seu esquema militar. Além disso, a possibilidade de que os seus líderes aceitem o exílio seria extremamente remota.

Por outro lado, a opinião pública israelense aparentemente não concordaria com a retomada da guerra. Uma pesquisa divulgada pelo Canal 12 de Israel no dia 08.02 revelou que 70 por cento dos israelenses estão a favor da segunda fase do acordo, que prevê a libertação de mais 24 reféns vivos e 35 falecidos, a saída das tropas da Faixa de Gaza e um cessar fogo “permanente”. Apenas 21 por cento da população seria contrária à essa segunda fase.

(Nota da Redação: Cabe observar inicialmente que a posição apresentada por Netanyahu não tem relação com a proposta posterior de Trump de exilar a população de Gaza com as justificativas de o território está inabitável e de que o Hamas continuará retomando periodicamente os seus ataques.

*O que inviabiliza essa proposta, mesmo caso se tratasse da saída de apenas pequena parte dos mais de 2.2 milhões de habitantes, é que poucos países do mundo, sobretudo os árabes, têm interesse em receber palestinos, que seriam potencialmente um foco de atividades hostis. Com efeito, conforme mencionou o Rabino Steven Burg (*Newsweek*, 05.02), “as atrocidades do 7 de outubro acabaram com as ilusões de que o Hamas operava independentemente da população civil...(as ações do Hamas) são apoiadas por parcelas significativas da população*



de Gaza, de todas as gerações. Essa cumplicidade requer uma transformação das atitudes e aspirações da sociedade”.

Quanto à opinião dos próprios habitantes de Gaza, uma pesquisa realizada pelo “Centro Palestino de Política e Pesquisa”, sediado em Ramalá, pouco antes da guerra (Jerusalem Post, 11.02) revelou que 44 por cento dos jovens entre 18 e 29 anos consideraria emigrar, assim como 31 por cento da população em geral. Israel averiguou inclusive que, nos últimos dois anos, cerca de 150 mil palestinos de Gaza conseguiram emigrar, naturalmente os que dispunham de recursos para subornar funcionários egípcios.

A posição do governo israelense parte do princípio de que o desarmamento dos militantes do Hamas e a saída de Gaza dos seus líderes seria suficiente para afastar, talvez por longo tempo, o risco de um novo ataque nas proporções do 7 de outubro de 2023, enquanto a alternativa proposta pelo Hamas reflete sua intenção de copiar o “modelo do Hezbola”, isto é, deixar uma administração civil cuidar dos problemas da população, a começar pela reconstrução, recebendo como sempre ajuda internacional, enquanto os terroristas se rearmam e mantêm Gaza submetida a seu total controle.

Na pior das hipóteses restaria, como poder de barganha (Jerusalem Post de 27.02), que durante a terceira fase Israel não permita que entrem em Gaza cimento, ferro e outros materiais que possam ser utilizados para a infraestrutura militar enquanto o Hamas não abandone sua capacidade militar. Ademais, seria difícil imaginar que governos estrangeiros, salvo Catar e Turquia, se dispusessem a investir em Gaza dominada pelo Hamas, dado o risco da retomada das hostilidades e novas destruições.

Na realidade, não se pode prever a evolução desse impasse porque o Hamas estará sempre disposto a sacrificar seu povo para atingir seus objetivos enquanto a maioria dos israelenses não aceita sacrificar a vida de nenhum refém para alcançar os seus).

Países ocidentais alimentam a hostilidade contra Israel

(Ben-Dror Yemini, Ynet News, 16.02; Olga Deutsch, 26.01.2024)

Durante décadas países ocidentais financiaram a difusão da ideologia dos terroristas palestinos, subsidiando a agência de refugiados UNRWA e as ONGs que pregam a destruição de Israel por meio do inventado “direito de retorno” dos mais de 5.5 milhões de descendentes de refugiados ao território israelense.

O comportamento desses países sempre consistiu num perigoso apaziguamento dos palestinos, que só alimenta sua radicalização e obstinação. Nesse contexto é que os palestinos vêm rejeitando todas as propostas de paz, limitando-se a



proclamar a eliminação de Israel sob o pretexto de que toda a antiga Palestina lhes pertence.

As pesquisas de opinião indicam que, para a maioria absoluta dos palestinos, a “solução dos dois estados” é irrelevante. Se surgisse um estado palestino sem a presença de tropas israelenses ele se transformaria num instrumento do Irã ou da Irmandade Muçulmana, representada pelo Catar.

Olga Deutsch, vice-presidente da “NGO Monitor”, estima que, desde 1993, a Margem Ocidental e Gaza receberam doações internacionais no valor de US\$ 40 bilhões. O Hamas desviou parte dos seus recursos para construir foguetes e túneis e parte deles ficou com ONGs que normalizaram o antissemitismo e a incitação à violência. Mustafa Barghouti, presidente da ONG “Palestinian Medical Relief Society” - que recebeu US\$ 5.5 milhões entre 1922 e 1923 da União Europeia, seus países membros e de outras ONGs - glorificou o ataque de 7 de outubro. Ziad Hamaidan, um dirigente da Al-Haik, a mais conhecida ONG palestina de direitos humanos, em convocou os muçulmanos para a guerra santa contra Israel no Facebook em 10.10.23.

O problema, destaca a Olga Deutsch, está em que não existem mecanismos para detectar e prevenir que a ajuda seja desviada para propósitos odiosos. Os contratos com as ONGs deveriam incluir uma cláusula exigindo que elas denunciem práticas de terrorismo e antissemitismo, inclusive por parte de seus funcionários e entidades contratadas...Deveria haver punições para as ONGs que abusam das doações, sendo que seus doadores e fundações deveriam igualmente adotar uma cultura de ética e responsabilidade.

(N. da R.: Há países que desejam mostrar apoio aos palestinos, qualquer que seja seu comportamento, para atrair alguma simpatia e apaziguamento dos imigrantes e descendentes muçulmanos que vivem em seus países, temendo suas eventuais manifestações de violência e terrorismo.

A USAID, durante o governo Biden (agência de notícias MSN, 09.04.24), doou US\$ 900 mil à “Bayader Ecologia e Desenvolvimento” de Gaza, dirigida pelo filho de um dirigente o Hamas, às vésperas do 7 de outubro, sendo que Canadá, Holanda e o Reino Unido também o haviam feito. Em 2022, a USAID transferiu US\$ 100 mil a uma organização da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP). Durante o ano de 2024 Mark Dubowitz e Ben Cohen relataram (New York Post, 04.02.25) que, após o ataque a Israel, a USAID aumentou para US\$ 200 milhões as suas doações a entidades do Hamas e a “Al Awda”, sendo essa ligada à FPLP, ambas classificadas como terroristas pelos Estados Unidos.

No caso das ONGs, além da eventual “tolerância” de governos com o radicalismo islâmico, o antissemitismo e antissionismo das ONGs que subsidiam, assim como devido à falta de controles adequados de suas atividades, existe uma grande



quantidade de ONGs e fundações financiadas por doadores, identificados ou não, que se dedicam a promover políticas que contestam o sistema capitalista e os governos dos países ocidentais dos quais discordam. Os dirigentes dessas entidades e os potentados que financiam seus projetos, são usualmente “progressistas” (como a Open Society, de George Soros), que consideram Israel um pequeno item das suas agendas internacionais, como um instrumento do “imperialismo americano” e “de direita”.

Um fenômeno global dessa natureza transcende à capacidade de ação da maioria dos governos dos países democráticos, onde ONGs e fundações que se declaram beneficentes são percebidas como “manifestações da sociedade civil” e, como tal, sua atuação praticamente nunca é contestada e até seu simples “monitoramento” por parte de governos não é bem visto. A recente decisão do governo americano de fechar a USAID (talvez temporariamente) e auditar suas atividades, denunciando os “desvios de função”, é um evento inaudito.

Como uma alternativa para enfrentar o problema, foi fundada em 2002 a “ONG Monitor”, mantida com recursos da “Wechsler Family Foundation” e de outros doadores privados, para investigar e denunciar os malfeitos de ONGs e fundações quando financiam entidades terroristas e outras que promovem o antissemitismo e o antissionismo).